

# CAPÍTULO 2

## DAS TAPERAS DOS ÍNDIOS ANTIGOS AOS SÍTIOS: APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA (CEARÁ)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq02>

*Jóina Freitas Borges*

*Sebastião Ovílido dos Santos (Sezinho Tremembé)*

*José Getúlio dos Santos (Getúlio Tremembé)*

*Ao tio Estevão Henrique (em memória),  
o “campeão percurador de sítio mertiológico”,  
com todo nosso amor, admiração e respeito.*

## SUMÁRIO

## APROPRIAÇÃO COMO ABAPORU

A ideia de escrever este texto não pareceu simples desde o princípio. As apropriações em relação ao patrimônio acontecem de maneiras tão diversas e são, muitas vezes, tão atravessadas por símbolos e por subjetividades, que não há como não ser um tema complexo.

Entendemos, em primeiro lugar, que os processos de apropriação do patrimônio estão ligados aos processos de identificação dos sujeitos e dos grupos, cujas identidades são construídas constantemente e sempre transformadas, transmutadas, hibridizadas (HALL, 2004; WOODWARD, 2014). Em contrapartida, o caso em questão ocorre em um contexto colonizado, permeado por discursos de “fixidez” (BHABHA, 1998, p. 105), os quais alimentam estereótipos que negam historicidade aos povos indígenas, portanto, procuram engessar as relações desses povos com seus bens culturais, promovendo a falsa dicotomia entre os “índios puros” e suas tradições “intactas” *versus* os “índios aculturados” e a “perda” de suas tradições.

A própria noção de patrimônio também deve ser problematizada. O “Patrimônio” possui um peso institucional muito forte em nosso país, em virtude da trajetória do conceito em nossa história, ligada à consolidação do Estado Novo na Era Vargas, como também devido a uma carga legislativa das mais eficientes do mundo, apesar de suas falhas no que tange às leis de salvaguarda e proteção. Essa institucionalização gera um distanciamento entre o patrimônio como “bem de todos” e os bens culturais locais, apropriados por meio de idiosincrasias que, muitas vezes, as leis não conseguem acompanhar.

Cabe a ressalva de que a noção de patrimônio expressa neste capítulo busca uma perspectiva “canibalizada” que traga consigo as particularidades de sua apropriação. Assim, entendemos a apropriação do patrimônio arqueológico realizada pelos Tremembés de Almofoala como uma antropofagia, no sentido que Oswald de Andrade deu ao Movimento Antropofágico, a partir do quadro Abaporu (homem que come gente), de Tarsila do Amaral. “*Nunca fomos catequizados*”, disse Oswald em seu *Manifesto Antropófago* (1928), visto que sempre digerimos tudo o que nos foi imposto. Digerimos transformando, transmutando: uma antropofagia cultural.

Uma antropofagia cultural seria, como diz o Cacique João Venâncio (BORGES, 2006, p. 112), um “jogo de cintura” para lidar com o “modelo capitalista”. Isso acontece,

Porque a gente hoje temos que viver os dois lados, nós temos que viver o lado da nossa cultura e temos que viver o lado do modelo capitalista, porque não dá para separar, você tem que... você tem que viver. Agora tem que viver uma coisa que não dê pra esquecer a outra [...]. (BORGES, 2006, p. 112).

Esse “jogo de cintura” se dá por meio de uma antropofagia, de um consumo de outra cultura, de modo que se “viva”, porém, sem esquecer as próprias tradições, os costumes, os saberes, ou seja, sem abrir mão completamente do próprio jeito de ser.

Em uma das aulas ocorridas no Magistério Indígena Tremembé Superior, quando a professora informou sobre a possível prática de antropofagia entre os ancestrais dos Tremembés, de séculos anteriores, Raimundão Tremembé foi mais enfático: “É que para nós Tremembés é assim: o que vem da terra é caça, o que vem do mar é peixe!”.

Essa frase de Raimundão, carregada de ironia, sintetiza, metaforicamente, as práticas “antropofágicas” que os Tremembés de Almofala vêm exercendo, com o passar dos anos, para se manterem vivos como grupo indígena.

Os Tremembés, por meio de seus “dribles”, como eles mesmos dizem, vêm consumindo as culturas que lhes são postas, recriando, constantemente, a partir delas, sua própria cultura, a cultura tremembé: cheia de tradição, repleta de novidades, com muitas contradições e com outras tantas consonâncias, produzindo uma cultura híbrida, como tantas outras neste planeta.

Não há como não ser gerada, como bem explora Bhabha (1998), uma ambivalência entre a cultura que procura se impor e a cultura indígena, tida como subalterna, nessas situações de hibridismo cultural. Essa ambivalência só pode ser minorada por meio do canibalismo da cultura que é imposta; sendo assim, para se manter vivo, tem que ser *Abaporu*. E é sendo *Abaporu* que os Tremembés estão se apropriando do conceito de patrimônio arqueológico em Almofala.

## DOS NARRADORES AOS DISCURSOS

Para imbricar um tanto mais a discussão, este capítulo é um produto da fala de três pessoas diferentes, as quais são, inclusive, de diferentes cultu-

ras. Sendo assim, surgiram alguns questionamentos iniciais acerca da própria formatação do texto: Como falar de apropriações sem se apropriar da língua, sem consumi-la, como diria Michel de Certeau (2008), e sem realizar com ela “bricolagens” para cometer sutis “delinquências” contra o discurso acadêmico ainda tão cartesiano? Como realizar uma escrita sem homogeneizar as falas dos autores, respeitando as ideias comuns, mas também as subjetividades?

No caso de pessoas que escrevem de um lugar de sujeito menos indiferente às sensações que o lugar do acadêmico, que escrevem inclusive de suas aldeias, como bem coloca Tolstói, como lidar com o discurso científico, que sempre reduz a poesia da vivência?

Como definir as pessoas do discurso, se todo discurso é ondulante entre o *eu* que escreve, o *nós* que compõe, os *eles* que *nos* atravessam nas construções diárias de memórias, histórias, saberes e experiências?

E como transcrever para esse discurso a fala do narrador nato? Esse que, como alega Walter Benjamin (1987, p. 205), exerce “[...] uma forma artesanal de comunicação [...]”, exerce uma arte? A imagem que vem à cabeça, lendo o texto de Benjamin, é a do narrador como uma rendeira manuseando com habilidade seus bilros, fazendo surgir na almofada a trama da tão delicada renda. É o mesmo exercício de quem sabe lidar com os fios da memória e consegue produzir narrativas labirínticas por meio dos enlaces dos fatos, cruzando dados como a rendeira cruza seus bilros.

A arte da renda e a arte da narrativa, porém, não encontram fluência na escrita acadêmica. São os narradores natos, como o Sr. Estevão Henrique Tremembé, que, tecendo suas lembranças, alimentam as narrativas sobre o passado de seu povo e apropriam-se do patrimônio como artífices das suas histórias. Como fazer, então, a riqueza desses narradores aparecer nos textos científicos?

A maioria dessas perguntas permanece sem solução, pois todas essas limitações dos discursos da Academia são frutos de uma colonização epistemológica, como bem coloca Mignolo (2008) e Santos (2010), que reprime escritas várias e, por sua vez, também reprime interpretações várias da realidade.

Essa colonização epistemológica produziu discursos na maioria das vezes circunscritos a uma história eurocêntrica, os quais perderam a multiplicidade das histórias locais em prol de se construir, como diria Certeau (2002, p. 9),

“[...] a escrita conquistadora [...]”, a escrita da história europeia, que passa a ser “inscrita” na América.

A colonização dos discursos sobre o passado, na Academia, produz a disciplina histórica, a qual é duas vezes disciplina: por meio do verbo, que impõe a norma do fazer historiográfico, e da doutrina, que se transforma em área de conhecimento. Longe de realizar-se, assim, uma Arqueologia do Saber, como propõe Foucault (2002), para a desconstrução dos esquemas lineares e para a libertação dos “jogos das noções” (p. 24), os quais remetam àquela trama da renda, que é a metáfora da complexidade da realidade, o discurso científico tende ao esquema de uma história linear, da história como a verdade dos acontecimentos.

Os acontecimentos, no entanto, nunca possuem uma única verdade, pois que ganham cores variadas, de acordo com o olhar de quem os vê. O discurso acadêmico produzido sobre o passado, quer a partir da história, quer a partir da arqueologia (a ciência, não a proposta de Foucault), tende a homogeneizar o que é disperso, a generalizar o que é múltiplo e a simplificar o que é complexo (FOUCAULT, 1998).

Nora (1993, p. 9) chama atenção para esse caráter “universal” da história, como uma “[...] operação intelectual e laicizante [...]”, enquanto que a memória reflete atualidade e localidade, visto que “[...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...]”. Os discursos das memórias são mais múltiplos, são mais vivos, enquanto que na isonomia do enunciado científico perde-se algo para o qual Sérgio Buarque de Holanda (1996, p. 8) chamava, convenientemente, atenção: “Nada do que vive exprime-se impunemente em vocábulos”.

“No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea [...]” (NORA, 1993, p. 9). Nas nossas mãos estão as espadas, transmutadas na escrita, que destroem essas memórias na monotonia de nossos discursos acadêmicos.

Cientes de todas essas insuficiências do discurso acadêmico e de nossas insuficiências, porque também fomos colonizados e capturados por esse discurso, tentamos construir uma narrativa mais plural, que desse conta das nossas falas, mas também das falas dos outros que passam a compor o nosso pensamento.



Há, dessa maneira, uma sinuosidade neste texto, que esperamos não comprometer a leitura. Pedimos ao leitor paciência para enxergar, nas entrelinhas, os diversos autores que o compõem, pois diversas são as apropriações das palavras, das histórias e das memórias que construíram este nosso texto, na tentativa de construir-se um discurso, ainda científico, porém mais intercultural.

Assim, a professora também se fez aluna de seus alunos professores, e nossos intercâmbios de conhecimentos geraram este texto, com tantas pessoas do/no discurso!

## **EU, NÓS, ELES: PESSOAS PLURAIS NO DISCURSO, PARA DISCURSOS PLURAIS SOBRE O PASSADO**

Eles, Tremembés – Jóina Borges:

Há cerca de dez anos, trinta e nove professores Tremembés inauguraram um capítulo especial da história da educação diferenciada indígena no Ceará. Iniciaram o Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS), em Almofala (Distrito do Município de Itarema), e inovaram em um curso de nível superior que priorizou a autonomia Tremembé nas suas abordagens teórico-metodológicas, desde a concepção da matriz curricular até as metodologias aplicadas em sala de aula (FONTELES FILHO, 2013).

A sala de aula ficava aberta para a foz do rio Aracatimirim, no ponto em que esse rio se abria para o mar. O curso começava com o “pé no chão”,<sup>1</sup> chão de areias secularmente conhecidas pelos tremembés. A abertura do curso, na disciplina de “Antropologia, Arqueologia e História”, foi realizada debaixo de um telhado de palha e sem paredes, as quais não permitiriam o deleite da beleza da paisagem da foz do rio.

A sala de aula estava cheia: além dos jovens professores, que olharam com curioso interesse para os “slides” apresentados, junto a eles, crianças, bebês e as experientes lideranças indígenas, de várias localidades de Almofala,

<sup>1</sup> A etapa anterior do magistério, em nível médio, foi chamada de Curso Pé no Chão. O MITS assim também foi chamado pelo Cacique João Venança, pois ainda não possuía apoio oficial de nenhuma instituição, mas teve início com muita esperança e empenho dos tremembés para que pudesse acontecer.

assistiram à aula e também se apropriaram, naquele momento, de um novo conceito para seu repertório – o conceito de sítio arqueológico (BORGES, 2007).

Os sítios arqueológicos já eram conhecidos por eles, mas com outras denominações: eram as “taperas dos antigos”, “as taperas velhas”, “as taperas dos índios velhos”.

*Nós – Sezinho Tremembé:*

Nossos mais velhos, antigamente, não conheciam o que era sítio arqueológico, por causa do pouco conhecimento sobre o assunto. Muitos viam esses restos como algo sem serventia para o fortalecimento da luta. Mal sabiam eles que aqueles vestígios eram fontes históricas da memória de nosso povo.

É importante lembrar que, antes, nosso povo não tinha conhecimento desse *bem imaterial* que estava em nosso aldeamento, pois conhecíamos esses locais simplesmente por taperas velhas. Mesmo assim, tínhamos uma relação harmoniosa com eles, pois tínhamos plena noção de sua importância, devido ao fato de ali existirem vestígios de nossos troncos velhos.

Muitas pessoas de nosso aldeamento são consideradas “troncos velhos”, devido à vasta experiência de luta que adquiriram ao longo de suas jornadas, pois, diante dos desafios que enfrentaram, não se deixaram abater e continuaram de pé, firme na luta pela nossa terra. Vale ressaltar que troncos velhos não são apenas as pessoas mais velhas e sim todos aqueles que levam a luta com afinco, defendendo nossos direitos, nossos costumes e nossas tradições.

*Eu – Getúlio Tremembé:*

Falar da infância é fazer a memória vir à tona e se lembrar de muitas coisas que faziam toda a diferença na vida de um Tremembé. Vou falar aqui de algo que está muito presente na minha vida, as taperas. Lembro-me que, quando era criança, trabalhando com meu pai no quintal, ou mesmo andando e brincando pelas dunas de Mangue Alto, costumava encontrar muitas coisas, que eu não entendia o que eram. Eram, geralmente, restos de búzios e de conchas, restos de cerâmicas, de pedras, de barro, de ossos de peixes... Sempre perguntava ao meu pai o que era aquilo, e a resposta era sempre a mesma: “*Meu filho,*

*isso aí é uma tapera, era morada dos antigos*". Como a gente não tinha nenhum conhecimento acadêmico sobre o assunto, não dava muita importância, e como precisava cavar a terra, nos quintais, para plantar, na maioria das vezes, tudo o que era encontrado nas taperas era vasculhado pela enxada. Muitas vezes, eram encontradas cabeças de cachimbos, pedaços de pratos, bocas inteiras de potes, pedras grandes, que diziam "*Meu pai e minha mãe eram as trempes*".<sup>2</sup> A cada ano que se passava, a gente achava mais materiais quando começava a trabalhar, e, muitas vezes, movida pela curiosidade, a gente costumava cavar um pouco mais fundo para ver se tinha mais coisas. É claro que encontrava.

## **DISCURSOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS: SABERES INTERCULTURAIS, APROPRIAÇÕES MÚTUAS, CONCEITUAIS E EMPÍRICAS**

Desde os tempos da colonização, as terras da costa norte do Brasil são terras tremembés. Saber que é uma área bastante vasta tem grande valor para o nosso povo Tremembé, devido ao fato de ser uma terra tradicionalmente ocupada por povos indígenas e ainda possuir vestígios de sítios arqueológicos.

Os sítios arqueológicos, como os que existem nas terras de Almofala, espalham-se por sobre as dunas do Ceará e do Piauí.<sup>3</sup> São vestígios de tempos que antecederam os históricos tremembés, mas também remetem à ocupação destes durante o período da colonização, assim como até a atualidade.<sup>4</sup>

Os documentos históricos do século XVI não se referiam aos nativos da costa norte, especificamente, como Tremembés, mas sim como "tapuias"

<sup>2</sup> Nome dado às estruturas das fogueiras, que são feitas mais comumente de madeira e de pedras.

<sup>3</sup> Referimo-nos aos sítios que conhecemos pessoalmente, não inviabilizando a existência de tais sítios em outros Estados. Não nos referimos a uma bibliografia que trate sobre o tema, porque apesar de haver várias referências sobre sítios dunares em outros Estados, como no Rio Grande do Norte e no Maranhão, não há, ainda, um estudo comparativo e com datações que possam precisar uma classificação, ou mesmo que possam ser remetidos aos tremembés.

<sup>4</sup> Os sítios da costa norte brasileira possuem, em sua maioria, as mesmas características de sítios dunares, com material cerâmico, malacológico e lítico, principalmente, exposto a céu aberto. Possuem datações de alguns milhares de anos, como os do Maranhão (BANDEIRA, 2008), mas ainda são poucas e recentes as pesquisas sistemáticas nessa costa (BORGES, 2004; NASCIMENTO, LUNA e GOMES, 1999). Em relação aos dados históricos, há referências da presença de Tapuias na costa norte, desde os primeiros relatos escritos e iconográficos do século XVI. Um dos mais conhecidos e sistemáticos é o de Gabriel Soares de Sousa, de 1587 (BORGES, 2010).



ou “índios da costa” de maneira genérica. A designação “Tremembé” e corruptelas só começou a aparecer em documentos a partir do início do século XVII (BORGES, 2010).

Diogo de Campos Moreno, o capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, que acompanhou Jerônimo de Albuquerque na conquista de São Luís, aos franceses escreveu, em 1614, sobre os “[...] Tapuias do Parameri, chamados de Teremembes [...]”, os quais se situavam em um local que poderia ser identificado como um curso d’água, cuja foz ficava entre os atuais rios Coreaú (CE) e Parnaíba (PI) (BORGES, 2010, p. 67-68).

**Figura 1** - Detalhe do Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira de Alberraz I (ca. 1629)



**Fonte:** Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Autor: João Teixeira Alberraz I, fl. 1602-1649. 47,3 x 59,7 [ca.1629].

O capuchinho francês Yves d’Evreux (2002), reportou-se, em 1615, aos Tremembés que habitavam as praias do Maranhão ao Ceará, os quais, ordinariamente, dormiam sobre as dunas. Em 1629, o cartógrafo Alberraz I nomeou-os “Taramembes de Guerra”, em uma “Província” que se descortinava entre a região de Jericoacoara, no Ceará, até a região de Tutoia, no Maranhão.

Uma Consulta do Conselho Ultramarino, de 1722, informava que os “Taramembes” “sempre ocuparam” as praias do Maranhão e da Parnaíba (Piauí) e tinham, por sua casa e cama, a areia; por sua seara, o mar (BORGES, 2010).

É importante salientar que o povo Tremembé sempre foi muito migrante neste imenso território, pois não passava muito tempo em um determinado lugar; logo buscava outro espaço, em busca de melhor sobrevivência, deixando seus vestígios perceptíveis até hoje, a olho nu, uma vez que é notável a presença de cerâmicas e cacos deixados por eles, sem contar os amontoados de conchas de moluscos e crustáceos, os quais eram a sua principal alimentação diária.

Esse fato de serem encontradas muitas conchas nos lugares onde eles residiam indica que eles procuravam se abrigar sempre próximo a regiões litorâneas, às margens do mar ou à beira de rios e lagoas. Devido a essa ocorrência – habitarem sempre lugares com águas próximas –, o povo Tremembé ficou conhecido como “deuses do mar”, pois conseguia, inclusive, mergulhar a grandes profundidades, em busca de alimentos existentes nas águas. Quando os alimentos daqueles locais ficavam escassos, eles batiam em retirada, em busca de novos *habitats*, deixando, assim, naquele local, uma verdadeira tapera velha, como dizem nossos velhos, e também grandes histórias de luta e sobrevivência para nosso povo.

85

Em específico, a localidade de Almofala é habitada pelos Tremembés desde o início do século XVIII, quando, depois de várias tentativas de aldeamento por parte da Coroa Portuguesa, conforme se pode observar em várias cartas régias do final do século XVII, foram aldeados em 1702. Alguns anos após o estabelecimento da Missão de Almofala, foi construída uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1712, como pode ser visto até hoje no seu frontal<sup>5</sup> (BORGES, 2006, 2010).

Durante o percurso da colonização, devido ao desmonte dos aldeamentos, à instalação do Império, à política da Lei de Terras de 1850, os Tremembés continuaram em Almofala, havendo, é claro, parentes que migraram para outras partes, bem como parentes que desde a época da colonização habitavam outras regiões, como Tutoia, no Maranhão. Com a chegada da República, os anos passaram, e os Tremembés continuaram em Almofala, notadamente localizados nos entornos da igreja do antigo aldeamento.

No ano de 1897, a igreja de Almofala foi totalmente coberta por dunas, que avançaram sobre o local. O movimento natural dos ventos alísios sobre a costa cearense provocou uma migração antrópica, que gerou consequências dramáticas para os Tremembés de Almofala até os dias atuais, visto que eles

<sup>5</sup> Foi restaurada e tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

tiveram que se retirar de seu espaço ancestral, saindo de perto da igreja, que foi tomada pelas areias.

No início dos anos de 1940, as dunas movimentaram-se novamente, começando o trabalho inverso de descobrir a igreja e o povoado. Alguns Tremembés mais velhos contam que desenterraram a igreja quando jovens e crianças. Nas noites de lua cheia, lembram que faziam festa, que faziam novenas, que as mulheres enchiam as saias de areia e as crianças se divertiam, tamanha era a alegria de ver seu símbolo voltando à tona. Seu Estevão Henrique dizia com orgulho: “[...] eu descobri a igreja com essas mãozinhas aqui que a terra há de comer [...]” (BORGES, 2006).

Com as dunas “caminhando” para outros locais, como gostam de dizer, os Tremembés puderam retornar às suas origens, aos arredores da igreja, porém não retornaram apenas eles, foram acompanhados de posseiros, “os brancos”, que passaram a invadir Almofala. O local do antigo aldeamento, assim, passou a representar um espaço de resistência e de afirmação étnica, pois, à medida que o povoado ia sendo descoberto pelas areias, posseiros “brancos” invadiam o lugar, disputando o espaço com os índios.

Conforme as invasões aconteciam, aumentava a violência, e, assim, os índios não podiam sequer se dizer mais índios, como o senhor Estevão Henrique afirmava: “[...] o sangue dava no meio da canela”. Se a polícia visse qualquer conglomerado deles, “o pau comia”. Dessa maneira, conforme a igreja foi descoberta, a identidade indígena teve que ser encoberta, “[...] a nossa origem vivia enterrada [...]”, como dizia o senhor Estevão Henrique do alto de sua sabedoria (BORGES, 2006, p. 126).

Desde então, a história dos Tremembés está repleta de invasões, inclusive de grandes empresas, como a Ducôco S/A, que a partir de 1978 adquiriu propriedades na região e estendeu seus coqueirais pelas lavouras e quintais dos indígenas. Segundo os Tremembés, suas terras foram invadidas por tratores, e cercas foram erguidas, espremendo-os em locais diminutos. O litígio se intensificou e eles lutam até hoje (BORGES, 2007).

O progresso chegou a Almofala: empresas agroindustriais, de pesca e de beneficiamento de camarão, parques eólicos, dentre outros, os quais, além de contribuir para a expropriação das terras indígenas, também degradam o ambiente, tornando impraticáveis a pequena atividade agrícola e a pesca tradicional.

Diante dessa realidade, tornou-se imprescindível a mobilização da comunidade, com o intuito de proteger seus espaços. Existem, em nossas terras, lugares sagrados para o nosso povo, os quais não podem estar expostos à vulnerabilidade devido à sua grande importância, de modo que é preciso que sejam medidas forças, nos órgãos e na comunidade em geral, para que essas terras tenham a devida proteção.

Existem grandes empreendimentos privados, atualmente, que querem se aproveitar dos recursos disponíveis que nossa terra oferece, os quais não se importam de afetar os lugares que consideramos sagrados para nosso povo nem de observar a importância do *patrimônio imaterial* que está escondido nos sítios arqueológicos Tremembés. Diante da importância que os índios antigos têm para nosso povo, os sítios são também espaços que contêm forças ancestrais, que nos fortalecem na luta.

Um dos maiores problemas que os Tremembés e outros tantos povos enfrentam, não apenas em relação aos empreendedores, mas também em relação à comunidade científica, é o fato destes tratarem de maneira dual, dicotômica, as questões relativas à proteção ambiental de suas terras e espaços sagrados.

O patrimônio imaterial que está escondido nos sítios arqueológicos não reside apenas nas memórias, nos modos de fazer, na tradição etc. Ele está escondido, também, nas coisas deste mundo. Ele está nos encantados, nos mistérios, no sagrado de alguns lugares e em algumas relações com os espaços que, muitas vezes, nem os próprios Tremembés sabem explicar, mas sabem muito bem respeitar.

O povo Tremembé sempre respeitou a natureza e, a cada momento, está tentando preservá-la dos latifundiários que querem destruí-la para fazer grandes empreendimentos. Por isso nossa comunidade vem se organizando contra os empreendimentos que vêm querendo entrar em nossa terra e destruir nosso espaço sagrado.

## DE TAPERA A PATRIMÔNIO, DE PATRIMÔNIO À TAPERA

Quando eu, Getúlio Tremembé, comecei a me envolver no Movimento Indígena, comecei a me deparar com pessoas que falavam que também encon-

travam “taperas”, mas meu interesse sobre isso só veio a se aprofundar quando, em julho de 2006, tive a oportunidade de estudar no Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS a disciplina “antropologia, arqueologia e história”. Nesse momento foi que passei a entender que o que nós Tremembés chamamos de taperas são sítios arqueológicos.

Passei a entender que esses locais têm uma grande importância para os Tremembés, pois dizem muito de como nossos antepassados viviam. Passei a entender que são lugares que precisam ser preservados, estudados, para assim se entender melhor como era a vida dos antigos Tremembés. Durante essa etapa de estudos, a maioria dos cursistas teve a oportunidade de revelar que conhece muitos locais assim, que já teve contato com taperas, ou seja, conhece sítios arqueológicos, sendo alguns mais antigos e outros bem mais recentes.

Foi a partir do encontro com a professora que todos os cursistas do MITS, entre eles eu, puderam e passaram a entender que os sítios arqueológicos podem e devem ser fontes de pesquisa para o aprofundamento da História Tremembé.

Outra coisa que vale a pena ressaltar é que esses conhecimentos adquiridos sobre os sítios arqueológicos nos dão segurança para trabalhar esse assunto com nossos alunos nas nossas Escolas Diferenciadas Tremembés. Hoje, quando falamos do referido assunto nas Escolas, temos total segurança de falar que as taperas, tão presentes entre nós, Tremembés, são sítios arqueológicos que têm um significado muito grande nas nossas vidas, seja do ponto de vista cultural, étnico, histórico, filosófico e até mesmo espiritual.

Em 2015, tive a oportunidade de falar do assunto, quando estava ministrando a disciplina de História Geral, para os alunos do Ensino Médio Intercultural Tremembé – EMIT da Escola Indígena Tremembé Maria Venância. Nessa ocasião, visitamos as obras do Complexo Eólico de Itarema, e, nessa visita, fomos até a Lagoa Seca, localidade de Almofala, onde estavam sendo feitas escavações arqueológicas.

Em conversas com os alunos e com os arqueólogos, pudemos perceber o quanto as “taperas” têm um significado amplo para nosso povo, pois alguns alunos chegaram a se emocionar quando se depararam com tantos objetos que pertenceram aos nossos ancestrais, e foi a partir daquele momento que muitos deles despertaram para tal assunto. Em conversa com o responsável pelas escavações, este nos revelou que já tinham encontrado em torno de doze

mil peças arqueológicas e que todas estavam sendo catalogadas e seriam levadas para o Museu do Homem Cariri, em Nova Olinda, mas com a possibilidade de serem trazidas de volta para Almofala, por fazerem parte da História Viva dos Tremembés.

Lembro-me que dentre as peças encontradas havia bastantes restos de búzios, conchas, cerâmicas, pedras e até mesmo restos de fogueiras, tudo isso a uma profundidade de 1,5m. Ali mesmo, pude falar aos alunos dos meus conhecimentos sobre as taperas, pois tudo o que estava sendo encontrado ali eram resquícios de moradias antigas dos antigos Tremembés.

O conhecimento em relação aos sítios arqueológicos, hoje, está mais presente em nosso cotidiano, devido ao fato de essa questão estar sendo bastante discutida em sala de aula e em reuniões com a comunidade. Isso torna mais fácil a preservação dos sítios, pois, com o conhecimento em mão, o povo pode se organizar melhor e lutar pelo que é seu por direito, ou seja, os sítios arqueológicos, que são vestígios deixados por nossos ancestrais mais velhos em lugares que eles residiram por anos.

Com o decorrer do tempo, esse conhecimento, que havia adormecido na memória, foi se expandindo e ganhando forma e, aos poucos, tomando espaços perante a comunidade, principalmente dentro da sala de aula, na qual os professores fazem um trabalho de resgate, de preservação desse bem tão valioso para a continuação da construção de nossa própria identidade.

Esse resgate consiste na busca pela preservação dos nossos patrimônios materiais e imateriais que estão nos sítios arqueológicos, uma vez que esse conhecimento estava adormecido nas lembranças de nossos troncos velhos, que não nos transmitiam essas vivências das quais tinham lembrança, de modo que eram guardadas apenas em suas memórias e intelectos.

No processo de aprendizagem e continuação da autoafirmação de nosso povo, o tema “sítios arqueológicos” vem, cada vez mais, fortificando-se no mundo jovem, pois os professores estão a cada instante fazendo ponte com a história de nossos antepassados em relação aos vestígios dos sítios arqueológicos e à continuação de sua preservação.

A relação das lideranças indígenas com os nossos vestígios também vem se aprofundando. Esses vestígios, deixados ao longo do tempo nas margens da região litorânea, são as pegadas de identificação dos costumes pesquei-

ros que nossos ancestrais Tremembés tinham; portanto, alimentam as memórias dos mais velhos.

Assim, é na memória das lideranças, das pessoas mais velhas, que os vestígios arqueológicos ganham vida e significados que vão além dos funcionais ou simbólicos. As memórias trazem histórias do cotidiano dos ancestrais, mas estão imbricadas pelo presente de lutas e de conflitos pela terra. Essas memórias são constantemente trabalhadas a partir das demandas atuais, então os sítios arqueológicos são apropriados à construção de uma história dinâmica e militante.

Os sítios arqueológicos também servem para se fazer o caminho inverso, pois quando os arqueólogos descobrem novos sítios, surgem novos espaços ancestrais, aparecem novas taperas, que passam a alimentar novas memórias e a contar novas histórias ancestrais.

Um dos exemplos mais notáveis da circularidade que ocorre em relação aos conceitos de tapera a sítio e de sítio à tapera foi quando a liderança, Manoel Docas, afirmou, em uma conversa informal com a equipe da UFPI sobre os rumos que as pesquisas deveriam tomar: *“Nossos marcos da terra também são sítios arqueológicos”*.

Conforme observa Vilela (2016, p. 50):

[...] os sítios arqueológicos e os marcos territoriais são apresentados pela comunidade como testemunhos da ocupação Tremembé na região. Os marcos são lugares de memória onde a comunidade mantém relações físicas e simbólicas. São lugares que no passado foram eleitos pelos “índios velhos” para delimitar seu território.

O senhor Manoel Docas não apenas usou o conceito de sítio arqueológico para justificar o estudo dos marcos da terra. Ele se apropriou do conceito. Ele não procurou saber se havia nos locais onde estão os marcos da terra quaisquer tipos de vestígios arqueológicos. Também “informou” aos pesquisadores que os marcos da terra são sítios arqueológicos, pela importância imaterial que esses espaços possuem para a comunidade, devendo, portanto, ser registrados e preservados.



Há entre os Tremembés uma percepção mais sensorial dos lugares arqueológicos, como bem argumenta Silva (2016, p. 49): “[...] Acredito que a compreensão dos Tremembés sobre os marcos da terra seja algo mais sinestésico, um imbricar de sentidos, uma relação entre as pessoas, as paisagens e as memórias, enfim uma vivência [...]”. Essa relação mais holística, porém, não deixa de existir com a patrimonialização do espaço, ao contrário, ela dá um *status* a mais, pois configura-se em novo elemento mais concreto, em termos jurídicos, na luta pela terra, pois sendo o sítio arqueológico algo protegido pela lei, tornar os marcos como sítios é dar a eles proteção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O contrapeso da originalidade nativa  
para inutilizar a adesão acadêmica.”*

*(Oswald de Andrade em Manifesto da Poesia Pau-Brasil – 1924)*

91

Nesse vai e vem de “eu”, “nós” e “eles”, procuramos demonstrar como a apropriação do patrimônio arqueológico acontece de maneira sinuosa. Há, claramente, uma evolução de como eram observadas as taperas antes dos Tremembés de Almofoala conhecerem o conceito de sítio arqueológico e antes das aulas e discussões, em comunidade, sobre o tema. Antes, as taperas não eram uma coisa “grande”, mas sempre foram “respeitadas”. Como o cacique João Venança descreve no ano de 2005 (BORGES, 2006, p. 205):

[...] Ali foi um passado, ali foi aonde ele viveu, onde ele teve a convivência dele, ali tem um significado, não é? Aonde [sic] se dá com uma tapera de casa a gente sabe que ali tem um... toda uma história, uma tradição, do passado daquela família que morou ali, né? Então pra gente é a mesma coisa, a gente não tem assim... aquilo como uma grande... né? Mas a gente tem o respeito porque ali a gente sabe que morou um... uma pessoa da família, morou um parente [...].

Depois das aulas do MITS e da apropriação do conceito por parte dos professores Tremembés, pelas próprias lideranças indígenas e pelas crianças Tremembés, podemos visualizar, atualmente, a apropriação dos “vestígios” como “fontes históricas da memória”. Os vestígios, sendo materiais, são suportes mnemônicos que ajudam a consolidar a história tremembé, ajudam a comprovar sua presença na região. São documentos de sua presença ali.

Os vestígios das taperas dão certa “segurança”, visto que são a história materializada. Podem ser utilizados, inclusive, nas aulas das escolas indígenas diferenciadas, pois são uma “história viva”, que emociona, que toca, em todos os sentidos, inclusive no sentido religioso. Gera-se uma história quase “mítica” que vem reafirmar a permanência dos nativos troncos velhos. Misturam-se elementos materiais e imateriais que formam um amálgama concreto: é uma história que se pode pegar.

Essa é uma das questões mais importantes na apropriação do patrimônio arqueológico, pois as escolas representam um dos mais importantes *locus* de luta pela terra. As escolas indígenas tremembés são a garantia de um futuro tremembé. Nelas são reavivadas as tradições e valorizados os saberes dos “livros vivos”: os anciãos e suas memórias. As escolas possuem a incumbência de permanecer e propagar com esse legado de preservação, passando suas histórias para as futuras gerações, deixando, assim, registradas suas lembranças e resistência de luta, para que não sejam esquecidas no tempo e no espaço.

Dessa apropriação, feita de maneira interdisciplinar e intercultural, de três conceitos advindos, neste caso, da arqueologia e da história, resultou a definição de que os *vestígios arqueológicos* são *fontes históricas*, visto que contam a história tremembé; são também materializações da *memória* do povo e materializações das histórias sobre os antigos.

Há uma dinâmica circular, pois ao mesmo tempo que os vestígios são apropriados como fonte da história e memória, histórias e memórias retroalimentam esse sistema, visto que elas acabam, também, por fornecer elementos que se transformam em vestígios arqueológicos: nossos marcos são sítios arqueológicos.

Dessa forma, na deglutição realizada pelos tremembés, o patrimônio “imaterial” das taperas é que vai se configurar como o mais importante vestígio arqueológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, O. de. Manifesto antropófago [1928] e Manifesto da poesia pau-brasil [1924]. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

BANDEIRA, A. M. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil. **Fumdamentos**: Revista da Fundação Museu do Homem Americano, n. 7, p. 430- 468, 2008. Disponível em:

<<http://www.fumdham.org.br/fumdamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BENJAMIN, W. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. V. I. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. João Teixeira Albernaz I, fl.1602-1649. 47,3 x59,7 [ca.1629]. Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15348>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BORGES, J. F. **Os senhores das dunas e os adventícios d'além mar**: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII). 2010. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. [digital].

\_\_\_\_\_. Documentos, cacos cerâmicos e fragmentos de memória: os Tremembés descalços sobre mosaicos de suas histórias. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade**: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=14886>>. Acesso em: 26 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sob os areais**: arqueologia, história e memória. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

\_\_\_\_\_. **A história negada**: em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

D'EVREUX, Y. **Viagem ao norte do Brasil**: feita no ano de 1613 a 1614 [1615]. São Paulo: Siciliano, 2002.

FONTELES FILHO, J. M. O curso de Magistério Indígena Tremembé Superior – MITS: Protagonismo indígena e inclusão social no ensino superior no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 637-645.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-38.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, S. B. de. Perspectivas. In: HOLANDA, S. B. de. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 7-19.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, A. L.; LUNA, S.; GOMES, J. V. Projeto arqueológico Tremembé – Ceará – Brasil. **Clio: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 1, n. 14, p. 193-205, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, B. de S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2010.

SILVA, T. R. V. da. É um sítio mesmo: Arqueologia, apropriações e ressignificações do patrimônio arqueológico entre os Tremembés de Almofoala – CE. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

VILELA, L. das C. **Do tempo dos antigos aos tremembés de Almofala:** Territorialização indígena e patrimônio arqueológico tremembé – Almofala – Ceará. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.